

# ***IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NA COMUNICAÇÃO SOCIAL 2020***

***ABRIL/MAIO - 2021***

## **I - INTRODUÇÃO**

Anualmente e em cumprimento ao estipulado nos seus Estatutos, a ARC elabora “...um relatório sobre a situação das atividades de comunicação social e sobre a sua atividade de regulação e supervisão...” e procede à sua divulgação pública no seu sitio na internet, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do Artigo 22.º dos Estatutos da ARC, aprovados pela Lei n.º 8/VIII/2011, de 29 de dezembro, alterados pela Lei n.º 106/IX/2020, de 14 de dezembro.

Tendo em conta o circunstancialismo de em 2020 o país ter sido fustigado pela pandemia de Covid-19, que afetou gravemente o tecido social e económico do país, estimando-se que grande parte das empresas e entidades do setor da comunicação social também tenham sido afetados, quer nas suas rotinas de funcionamento, quer no relacionamento com as fontes ou nas suas bases de sustentação financeira e de recursos humanos.

Assim sendo, para uma melhor caracterização do panorama dos média e uma real avaliação dos possíveis impactos da pandemia no tecido organizacional dos operadores e editores da comunicação social, a ARC entendeu elaborar um questionário, que seria aplicado junto dos operadores, órgãos de comunicação e responsáveis de publicações periódicas que exercem a atividade no país.

Com o questionário, pretendia-se também ter dados reais que permitem sustentar as possíveis soluções de salvaguarda do pluralismo externo e fortalecimento dos projetos editoriais, como garantia da própria liberdade de imprensa.

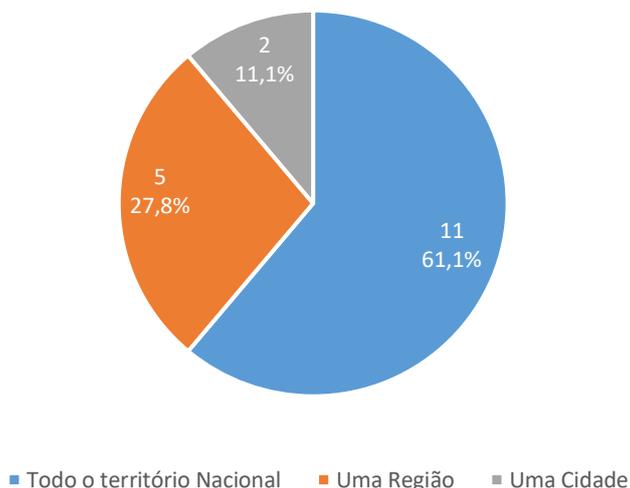
Neste sentido, sob proposta dos serviços técnicos de apoio da ARC, o Conselho Regulador aprovou o questionário, que foi enviado por e-mail a 50 operadores e editores que exercem a sua atividade sob a jurisdição do Estado de Cabo Verde, solicitando a sua colaboração nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo 9.º dos Estatutos da ARC.

Por via telefónica foi confirmado junto de todas as instituições, no sentido de se saber se receberam. Foi alargado em mais uma semana o prazo para a colaboração das entidades, mas apenas 18 responderam dentro deste prazo. Uma entidade respondeu fora do prazo, pelo que as suas respostas não entraram para a estatística deste relatório

## II – APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E PRINCIPAIS RESULTADOS

O questionário de avaliação à situação do setor da Comunicação Social no contexto da pandemia foi aplicado aos operadores e editores de publicações periódicas do referido setor, de 12 a 29 de maio de 2021.

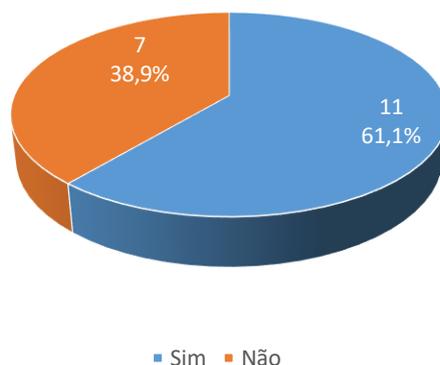
O gráfico abaixo, demonstram que das 18 entidades que responderam ao questionário, 11 (onze) são de âmbito Nacional, ou seja, cobrem todo o território nacional, 5 (cinco) regional e 2 (dois) de âmbito local.



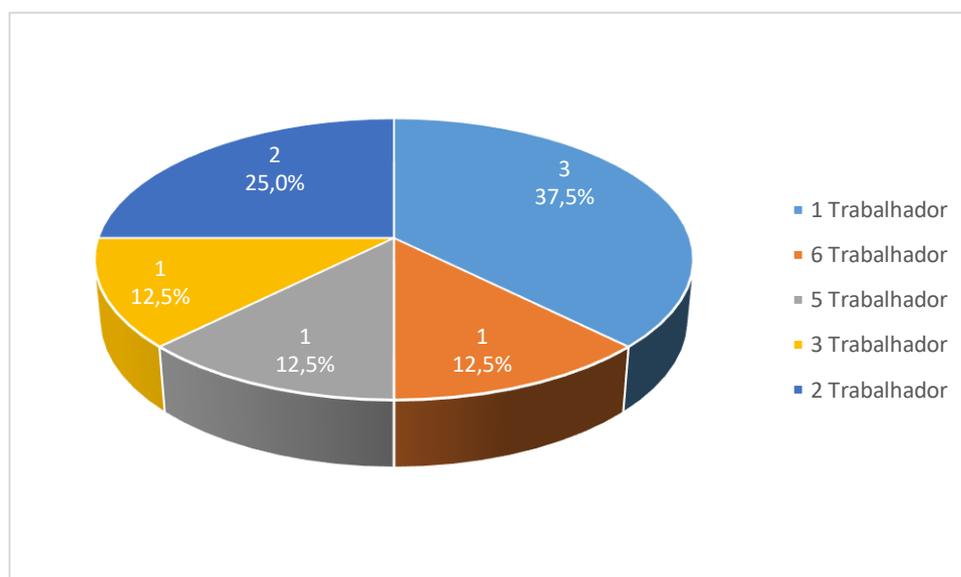
Os dados recolhidos demonstram que grande parte das empresas e entidades foi profundamente afetada, quer nas respetivas rotinas de funcionamento, quer no relacionamento com as fontes, ou nas suas bases de sustentação financeira e de recursos humanos.

Se é certo que as empresas do setor da Comunicação Social que responderam ao questionário da ARC declararam que, de março a dezembro de 2020, não fizeram alterações aos postos de trabalho, apesar das dificuldades vividas e das dificuldades em acederem às medidas genéricas e extraordinárias de apoio às empresas, 44,4% dos inqueridos ponderam vir a dispensar alguns dos seus trabalhadores e/ou colaboradores, como forma de driblar as dificuldades resultantes da quebra de faturação.

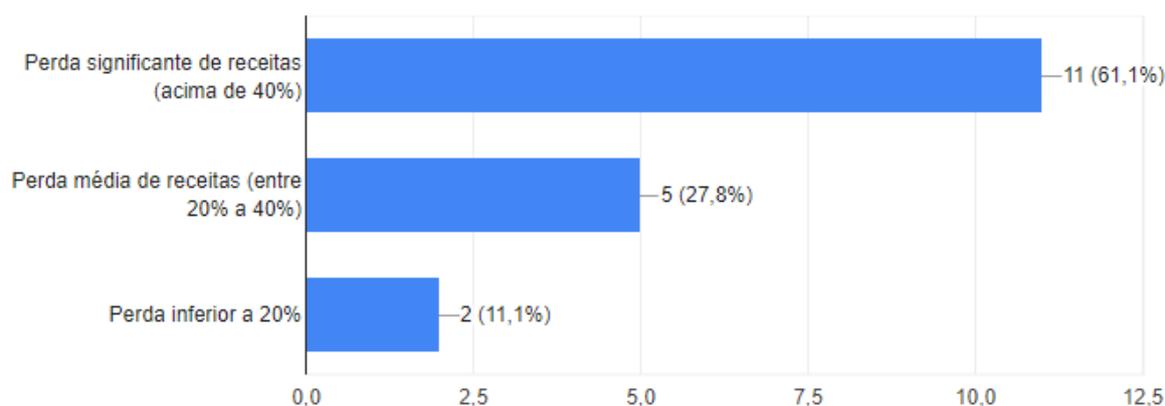
Durante a fase mais crítica da pandemia, a grande maioria (61.1%) dos operadores inqueridos afirmou que teve que colocar os seus colaboradores em regime de serviços intercalares, ou adotou o teletrabalho como mecanismo de prevenção e proteção contra a Covid 19.



O menos preocupante é que apenas 25% destes ponderam despedir mais que que 4 colaboradores (12,5% indicou, em média, 5, e 12% apontou 6 pessoas). Entre os respondentes, 37,5% perspectiva ter que dispensar apenas um (1) trabalhador.



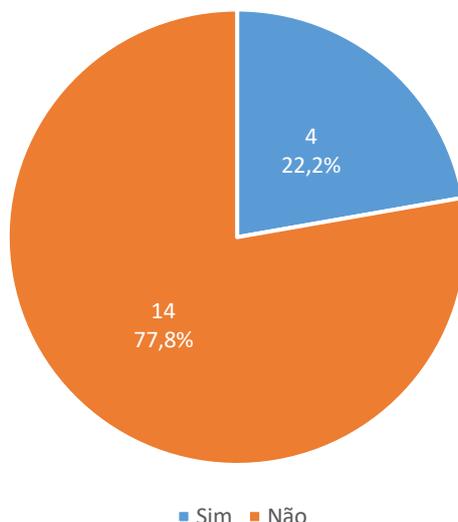
Relativamente às receitas, em comparação com períodos homólogos de 2019, os operadores e editores consideram que a pandemia atingiu fortemente as empresas do setor, com particular realce para 61,1% deles, que indicou quebras acima dos 40%.



Conforme afirmaram, a quebra só não foi mais significativa por causa de receitas extras, arrecadadas no âmbito da prestação de serviços à Comissão Nacional de Eleições (divulgação das mesas de votos, publicação das listas dos candidatos e divulgação dos resultados definitivos), num ano em que decorreram as eleições autárquicas em outubro.

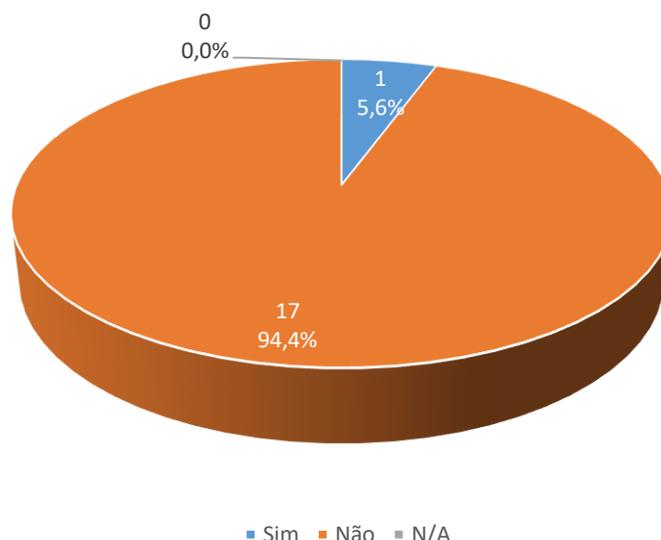
Regista-se que 2/3 dos respondentes (66, 7%) declararam ter tido que reduzir o respetivo orçamento em mais de 40%, comparativamente aos anos de normalidade, 2018 e 2019, por exemplo.

Instados a responder se recorreram ao apoio decretado pelo Governo, durante a pandemia, das respostas conclui-se que poucos foram os que aderiram às medidas gerais de apoio para acudir às empresas em dificuldades.



O quadro acima demonstra que apenas 22,2% dos respondentes responderam positivamente, enquanto 77,8% não aderiram às linhas de apoio decretadas pelo Estado, alegando, essencialmente, que não reuniam as condições para tal (33%) e que tinha sido exigida contragarantia bancária para obtenção do crédito (33%).

Relativamente à pergunta “*O vosso ramo de atividade teve ajuda específica ou tratamento diferenciado de apoio por parte do governo ou entidades internacionais, durante a pandemia?*”, os respondentes ao questionário da ARC foram quase unânimes quanto a não ter havido medidas específicas, adaptadas e direcionadas ao ramo de atividade da Comunicação Social (94,4%), como aconteceu noutras paragens.



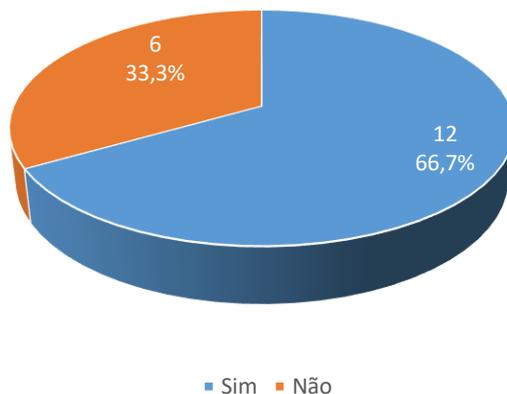
Como evidenciado acima, 83,3% informou que não teve nenhum apoio ou doação, seja financeiro, seja em materiais e equipamentos de proteção, por parte de entidades públicas ou privadas.

Questionados sobre o que acham que poderia ter sido feito, considerando a especificidade do setor, apontam a compra antecipada de publicidade pelo Estado, maior flexibilidade nos procedimentos de acesso e o adiantamento das subvenções à imprensa como iniciativa que seriam úteis à sobrevivência dos operadores e editores de imprensa.

Tentámos saber em que medida a atividade de imprensa, na sua rotina de informar, e as reportagens externas ficaram prejudicadas por receio de contágio por parte dos jornalistas, mas 77,8% respondeu que nenhum dos seus repórteres denotou receio ou resistência em fazer trabalhos na rua nos períodos mais críticos da pandemia.

Entretanto, cerca de 2/3 respondeu que tiveram que proceder a alterações na forma de produção, com redações a funcionarem por turnos ou em dias alternados.

**Relativamente à programação / conteúdos jornalísticos, tiveram que fazer alterações significativas devido à pandemia? (18 respostas)**



A distribuição dos jornais impressos que, durante os períodos emergenciais, não chegaram às bancas por restrições de circulação e mobilidade, tiveram que mudar para o suporte de distribuição digital. O número de programas direcionados para a pandemia (91,7%), em detrimento de outras categorias de programação, e os programas realizados a partir de casa (33,3%) foram alterações mais registadas relativamente aos conteúdos difundidos ou publicados em tempos de normalidade.

Os dados são evidentes, quanto ao foco da informação ter passado a ser a Covid-19, com temas sobre as estatísticas da pandemia, as formas de contágio e os mecanismos de prevenção. Estes dados levam-nos a inferir que, devido à pandemia e à necessidade de melhor servir o público em termos de informação em torno da Covid 19, o número de peças noticiosas ou de horas dedicadas à informação, durante a pandemia, aumentou significativamente.

Este estudo também veio confirmar a alteração do padrão de relacionamento dos jornalistas com as fontes de informação, tendo a tecnologia ganhado preponderância como forma de intermediação e comunicação, com recurso a plataformas de comunicação via *Web* e a comunicações móveis (por telemóvel).

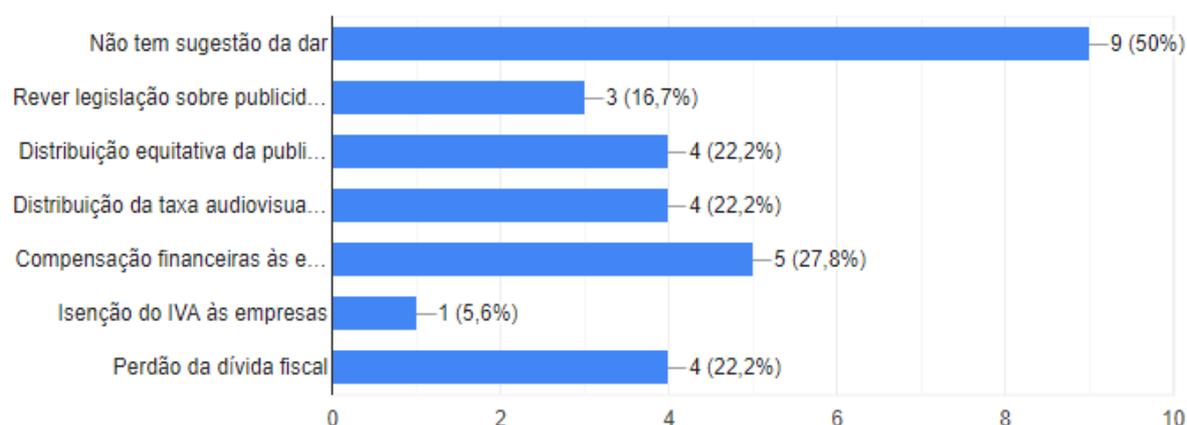
Com relação a investimentos em equipamentos e serviços de comunicação e de proteção para se adaptarem ao regime excecional, a aquisição de materiais de proteção individual dos trabalhadores, os portáteis e meios de comunicação (como *plafonds*, *megas*, telemóveis e *pendrives*) foram os que mais custos implicaram para as empresas do setor.

Com respeito às expectativas de uma retoma da atividade na normalidade, 83,3% aponta uma retoma a médio prazo.

Perguntados sobre quanto tempo acham que será necessário para a sua empresa se recuperar dos prejuízos de 2020, 50% dos respondentes aponta de 7 a 8 anos como tempo razoável para uma total recuperação, enquanto 27,8% acredita numa recuperação dos prejuízos dentro de 5 anos.

Quanto à autoavaliação do desempenho da sua instituição no combate à pandemia da Covid-19, 77,8% considera que tiveram bom desempenho e que, com mais ou menos dificuldades, lá conseguiram contornar a crise sanitária e económica. Nos extremos desta autoavaliação situam-se, com igual valor (11,1%) quem avaliasse de excelente e quem classificasse de má.

Com relação à sugestão de medidas para contrapor os impactos da Covid-19 no setor da Comunicação Social, compensação financeira (27,8%), perdão da dívida fiscal (22,2%), distribuição da taxa audiovisual aos privados (22,2%) e distribuição equitativa da publicidade do Estado (22,2%) foram as mais apontadas.



### III – CONCLUSÃO/ RECOMENDAÇÕES

Uma das conclusões evidenciadas pelo questionário é que a pandemia resultante da Covid 19 afetou profundamente as empresas do setor dos média, quer nas suas rotinas de funcionamento, quer no relacionamento com as fontes, ou nas suas bases de sustentação financeira e de recursos humanos.

Tiveram que investir recursos adicionais com aquisições de materiais de proteção individual, houve mais despesas com comunicações (portáteis, pen drives, megas, telemóveis ...), num cenário de notória quebra de receitas no setor, mitigada, entretanto, com as compensações da Comissão Nacional de Eleições, no quadro da realização das eleições autárquicas de 2020.

A adesão às medidas gerais de apoio decretadas pelo governo para acudir às empresas em dificuldades foi notoriamente fraca, alegadamente porque muitos não reúnem todos os requisitos exigidos para o efeito e pela exigência de contragarantia bancária. Sendo, na sua maioria, empresas fortemente endividadas, inclusive com a segurança social, dificilmente teriam condições para serem contemplados com os apoios decretados.

Claramente esperavam intervenções mais direcionadas para o setor dos média no contexto da crise, como compra antecipada de publicidade do Estado, maior flexibilidade nos procedimentos de acesso e o adiantamento das subvenções à imprensa como iniciativas que seriam úteis à sobrevivência dos operadores e editores de imprensa.

De entre as sugestões mais indicadas como medidas para contrapor os impactos da Covid 19 no setor da comunicação social, destacam-se a compensação financeira, o perdão da dívida fiscal, a distribuição da taxa audiovisual aos privados e a distribuição equitativa da publicidade do Estado.

O estudo veio confirmar a alteração do padrão de relacionamento dos jornalistas com as fontes de informação, tendo a tecnologia ganhado preponderância como forma de intermediação e comunicação, com recursos a plataformas de comunicação via web e comunicações móveis (por telemóveis). Essa é uma tendência mundial, que também se confirma entre nós.

Cruzando as respostas dadas pelos respondentes com as grelhas de programação, denota-se que os órgãos de comunicação social lidaram bem com crise sanitária, reformataram as redações, alteraram as rotinas diárias, mas os jornalistas não deixaram de cobrir os principais acontecimentos por receio de contágio. Pelo contrário, estiveram na linha da frente, os órgãos tiveram que fazer mais horas de programação informativa, sobretudo a relacionada com a covid 19. Numa autoavaliação do respetivo desempenho no combate à pandemia da covid 19, verifica-se que mais de 2/3 considera que tiveram bom desempenho e que, com mais ou menos dificuldades, lá conseguiram contornar a crise sanitária e económica.

Apesar do aperto financeiro e da notória apreensão quanto ao futuro, a boa notícia é que sobressai a perspetiva de continuidade dos projetos editoriais. Entretanto, há a necessidade urgente de intervenções para ajudar as empresas a se recuperarem desta profunda crise, desde logo em nome da democracia e do pluralismo.

## **IV- ANEXO**

### **QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DO SETOR DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR COVID-19**

#### **I - ENQUADRAMENTO**

Anualmente e em cumprimento ao estipulado nos seus Estatutos, a ARC elabora “...um relatório sobre a situação das atividades de comunicação social e sobre a sua atividade de regulação e supervisão...” e procede à sua divulgação pública no seu sítio na internet, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do Artigo 22.º dos Estatutos da ARC, aprovados pela Lei n.º 8/VIII/2011, de 29 de dezembro, alterados pela Lei n.º 106/IX/2020, de 14 de dezembro.

Tendo em conta o circunstancialismo de, em 2020, o país ter sido fustigado pela pandemia de Covid-19, que afetou gravemente o seu tecido social e económico, estima-se que grande parte das empresas e entidades do setor da comunicação social tenham sido também profundamente afetada, quer nas suas rotinas de funcionamento, quer no relacionamento com as fontes, ou nas suas bases de sustentação financeira e de recursos humanos.

Assim sendo, para uma melhor caracterização do panorama dos média e uma real avaliação dos possíveis impactos da pandemia no tecido organizacional dos operadores e editores da comunicação social, é fundamental que se tenha dados reais que permitam sustentar as possíveis soluções de salvaguarda do pluralismo externo e de fortalecimento dos projetos editoriais, como garantia da própria liberdade de imprensa.

Neste sentido, sob proposta dos serviços técnicos de apoio da ARC, o Conselho Regulador aprovou o presente questionário, que será aplicado junto dos operadores e editores que exercem a sua atividade sob a jurisdição do Estado de Cabo Verde.

No quadro da aplicação deste mecanismo de recolha de dados é fundamental a colaboração devida de todos os intervenientes do ecossistema dos média que operam em Cabo Verde.

Para o efeito, a partir do dia 12 de maio, será remetido o presente questionário, por email, a cada operador de rádio e de televisão, bem como aos editores de publicações periódicas, que operam sob a jurisdição nacional, solicitando a sua colaboração em responder às questões levantadas, fixando-lhes como data limite para a devolução o dia 21 de maio de 2021.

## **II – Questionário**

Caro responsável das entidades reguladas,

Nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo 9.º dos Estatutos da ARC, vimos solicitar a sua colaboração, respondendo às questões que a seguir são colocadas, contribuindo para um melhor entendimento da situação financeira e organizacional da entidade que dirige, e para uma melhor perceção dos impactos da pandemia de Covid-19 no seu ramo de atividade. O presente questionário tomou como base, com as devidas adaptações, o modelo desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para avaliar as necessidades das empresas resultantes da Covid-19.

1. Indique o nome da vossa empresa e o(s) nome(s) do(s) órgão(s) de comunicação social sob a sua responsabilidade editorial:
2. Indique o local da vossa sede social e a área de cobertura ou de distribuição do órgão de comunicação social pertencente ao vosso grupo. Se a vossa entidade tiver mais de um órgão de comunicação social sob sua responsabilidade, indique o nome de cada um e a correspondente área de cobertura (todo o território nacional, uma região ou uma cidade):
3. Na qualidade de respondente do questionário, indique a sua função na entidade ou órgão de comunicação de que faz parte:
4. Quantos colaboradores, incluindo temporários, a vossa empresa possuía no início da pandemia (março 2020)?

5. Quantos possuía em dezembro de 2020?
6. Em 2020, durante a fase mais crítica da Pandemia, tiveram que colocar alguns dos vossos colaboradores em regime de prestação de serviço em dias intercalados ou em teletrabalho?
7. Dispensaram algum colaborador, durante a pandemia, ou preveem, nos próximos tempos, vir a dispensar? Se sim, quantos colaboradores e quais as razões determinantes para a vossa decisão?
8. Em que medida o vosso negócio foi afetado pela pandemia (possível quebra, em percentagem comparativa ao ano anterior, de receitas / da quota de publicidade / de tiragens, no caso de jornais / outros)?
9. Qual a influência, em %, da perda de receitas comerciais na redução do Orçamento Geral da vossa empresa?
10. Durante a pandemia a vossa empresa acionou algumas das medidas gerais de apoio às empresas e instituições?
11. Se houve constrangimentos associados a esse processo, indique quais.
12. O vosso ramo de atividade teve alguma ajuda específica ou tratamento diferenciado de apoio por parte do Governo ou entidades internacionais, durante a pandemia? Dependendo da vossa resposta, poderia especificar um pouco mais, ou indicar o que acham que deveria ter sido feito?
13. Tiveram de modificar as vossas operações ou forma de funcionamento para se protegerem do contágio da Covid-19? Se sim, quais foram as medidas tomadas?

14. As medidas adotadas implicaram, ou não, em mais despesas? Tiveram apoio ou doação de alguma entidade?
  
15. Durante os períodos de emergência constitucional e de maior contágio, constataram alguma resistência por parte dos jornalistas e repórteres de imagem em fazer trabalhos fora da redação, por receio de contágio?